

RASCUNHOS DE HISTÓRIA IMEDIATA

*Ângela de Castro Gomes**

As primeiras décadas do regime republicano no Brasil, bem como a própria Primeira República, vêm ganhando o crescente interesse dos historiadores, que têm retomado o período numa chave distinta daquela que o consagrou como a República Velha. Uma fórmula que, não casualmente, foi sustentada e propagada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920 a 1940, com destaque durante os anos do Estado Novo. Ou seja, um tipo de interpretação que, grosso modo, entende esse primeiro período do regime no país como um total fracasso político, e que o qualifica, em bloco, como um experimento que não fez jus nem a seu passado imperial, nem a seu futuro do pós Revolução de 1930. Isso porque, nessa república, não se teriam realizado os projetos mais caros aos liberais avançados da virada do século XIX para o XX, colocando-se em risco a unidade nacional e ignorando-se as reformas sociais para inclusão da população negra, por exemplo. Além disso, a República Velha teria se excedido na adoção da fórmula federativa, copiada dos EUA e vivenciada de maneira danosa e equivocada, o que não só comprometera definitivamente o próprio liberalismo no país, como nos desviara do caminho centralizador já apontado pela monarquia. Por fim, toda a elite político-intelectual do período, em suas várias correntes, teria falhado completamente no campo simbólico, pois não conseguira construir um imaginário republicano ou criar um sentimento cívico de amor à nova pátria.

Em tal interpretação, portanto, a Primeira República aparece como uma espécie de interregno no curso da história do país que, a despeito de uma série de dificuldades e problemas, sempre reconhecidos pelos analistas, seguia uma rota, tanto antes do

episódio da proclamação, em 15 de novembro de 1889, quanto depois da revolução de 3 de outubro de 1930. Tomando-se essa interpretação como um estimulante ponto de partida para se repensar o período, este artigo procura realizar uma incursão sobre as primeiras décadas do regime republicano (o momento anterior à Primeira Guerra), adotando-se como ângulo de visão a vivência e a reflexão realizadas por alguns atores/intelectuais privilegiados.

Para tanto, pretende-se utilizar um tipo de fonte que pode ser caracterizada como integrando um conjunto de produtos culturais chamados, geralmente, de efêmeros. Ou seja, não se estará trabalhando com as interpretações que alcançaram o suporte do livro – indicador de maior acabamento e desejo de duração no tempo –, mas sim com aquelas que, já no espaço de sua produção, tinham objetivos e sentidos mais imediatos. Basicamente, um razoável conjunto de documentos que abarca a correspondência privada, os artigos escritos para periódicos e alguns discursos ou assemelhados. Um tipo de documento que combina exercícios de produção do “eu” e de persuasão política dos outros (e de si mesmo), ambos muito praticados e valorados por intelectuais que ainda não traçavam fronteiras rígidas entre sua formação nos campos da política e das letras, e que, em boa parte, viviam do jornalismo, comunicando-se por cartas.

Nesse sentido, foram escolhidos três intelectuais, diplomatas e também políticos que, tanto participaram da construção de uma escrita da história do Brasil, quanto atuaram para os rumos do curso dessa história, ocupando posições de destaque no Itamaraty. São eles: José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco (1845-1912), Joaquim Nabuco (1849-1910) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928). O objetivo de fundo do artigo é relacionar os movimentos dessa tensa conjuntura com as avaliações elaboradas “imediatamente” por esses atores/historiadores, para então aproximá-las dos projetos efetuados no campo da escrita da história, que sofria os abalos e as disputas decorrentes da incerteza política dominante.

Duas são as idéias que se quer defender. Em primeiro lugar, a de que a escrita da história que se realiza sob o impacto das lutas políticas e simbólicas do início da República, é fundamental para a constituição do campo da historiografia brasileira. Isso porque, nesse momento, são introduzidos ou rearranjados acontecimentos e personagens; produzem-se debates e interpretações que se consagram; e se estabelecem certos parâmetros sobre a forma de narrar a história da nação. Em segundo lugar, a de que seria conveniente relativizar a proposição segundo a qual a Primeira República fracassou no empreendimento de criar um imaginário cívico conforme a seus projetos políticos. Para tanto, no que diz respeito aos interesses específicos deste artigo, é necessário entender melhor que tipo de escrita da história do Brasil está sendo proposta, e que estratégias as elites republicanas estão desenvolvendo para a construção de seu passado e seu futuro, especialmente após o encerramento dos dois primeiros governos militares. Dessa forma, pode ser útil reter que o novo regime tem na Assembléia Nacional Constituinte de 1891 e na montagem da “política dos governadores” de Campos Sales seus dois pactos instauradores, e que os processos de construção de um imaginário nacional se fazem por negociação e apropriação de tradições, mesmo no caso das tradições inventadas. A criação (ou recriação) de uma história e memória nacionais, pois é disso que se trata, nunca parte de uma folha de papel em branco, não sendo nem arbitrária, nem ingênua.

Já existem muitos estudos sobre tais personagens das letras e da política do país, com ênfase em Rio Brando e Nabuco, em detrimento de Oliveira Lima. Portanto, não se pretende fazer no espaço deste artigo, nem uma retomada de suas trajetórias biográficas, nem um balanço da bibliografia produzida sobre os vários aspectos de suas vidas e obras. As duas dimensões – biográfica e bibliográfica – serão retomadas e citadas apenas quando diretamente ligadas ao objetivo do texto, que é o de acompanhar as análises que

tais personagens foram realizando sobre o regime republicano, à medida que ele ia sendo experimentado no país. Para tanto, entre as fontes escolhidas, será privilegiada a troca de correspondência pessoal desenvolvida entre os três, o que abarca um volume de cerca de 230 cartas, cobrindo, aproximadamente e com grande desequilíbrio de regularidade, um espaço de tempo que vai dos anos 1880 até 1910, ou seja, de antes da proclamação até depois da adoção da chamada “política dos governadores”.¹ Paralelamente, como se mencionou, também se recorrerá a textos que fazem análises do momento, geralmente escritos para jornais e revistas e que, interessantemente, podiam assumir a forma de cartas abertas, cujo destinatário não era mais uma pessoa singular, mas um coletivo, um público amplo que devia conhecer e se convencer das idéias dos autores.

O interesse do artigo é colocar em diálogo os diagnósticos e prognósticos que foram sendo realizados por esses três atores, tomando-os como uma primeira reflexão sobre o experimento republicano. Isso significa assumir a perspectiva da incerteza política da conjuntura das primeiras décadas da República, bem como a ótica dos projetos e desejos que tais atores iam construindo e desconstruindo com o passar do tempo, acompanhando-se, assim, as decisões que foram tomando e explicitando para si e para os outros, em suas trajetórias de vida intelectual e política. Do ponto de vista metodológico, por conseguinte, este artigo deseja destacar a importância da correspondência privada e das contribuições para a imprensa como parte essencial da obra de intelectuais desse período, lembrando que tais textos integram de forma substancial a produção de tais autores, quer pelo tempo que consomem, quer pelo investimento que revelam na “produção de um eu”, em situações de grande instabilidade.

O exercício pretende correlacionar a trajetória política da República com as trajetórias individuais dos atores, considerando, obviamente, uma mútua influência entre elas. Por isso, a correspondência e os demais textos analisados estão sendo propostos como rascunhos de uma “história imediata”,² já que tais intelectuais-diplomatas irão,

exatamente nesse período, afirmar-se com a identidade de historiadores em um campo intelectual com fronteiras disciplinares ainda muito fluidas. Dessa maneira, é preciso entender que o próprio perfil de historiador estava em aberto, sendo objeto de debates e disputas, tanto no que dizia respeito ao tipo de produto cultural (em sua diversidade e hierarquia) que caracterizaria o *métier*, como ao tipo de atividades profissionais e sociais que conviria a um historiador desenvolver.

O exame da correspondência pessoal trocada entre Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima segue, ao mesmo tempo, um recorte temático e cronológico. A grande questão de fundo é o exame das reflexões tecidas sobre a monarquia e a república no Brasil, seus méritos e deméritos e, sobretudo, os prognósticos que foram sendo construídos sobre as possibilidades ou não de um retorno à monarquia, ou do sucesso ou não do novo regime. Esse tema ganha particular interesse quando articulado a duas outras questões. Em primeiro lugar, a das formas que o pensamento liberal vai ganhando ante a radicalização de confrontos do experimento republicano no Brasil. Em segundo lugar, a de uma pretendida identidade de historiador, o que revestiria as análises então realizadas de uma autoridade que excederia a dos interesses e envolvimento políticos dos autores/atores, igualmente explicitados, mas submetidos ao “rigor” de um tipo específico de ofício. Daí, o vínculo com a formação do campo historiográfico, onde se evidenciam as transformações que a escrita da história do Brasil estava sofrendo e precisava sofrer com o advento da República, o que se relacionava tanto aos acontecimentos da política interna, quanto às diretrizes da política externa.

Ao mesmo tempo, todas essas dimensões estão revestidas das relações afetivas mobilizadas pelos correspondentes, o que pode significar o exercício da sociabilidade numa dupla chave: a da amizade e a do conflito de idéias e sentimentos, em situações identificadas como de crise para o país, para a história e para os próprios indivíduos. Assim, a correspondência é um espaço de sociabilidade rico para a observação de

múltiplas transformações nas posições dos três atores, tanto no que se refere às expectativas quanto à monarquia e a república, quanto no que envolve a maior ou menor aproximação entre eles.

Do ponto de vista cronológico, tais temas serão acompanhados em dois grandes momentos. O dos anos que vão do início da troca de cartas até o fim da década de 1890, ou seja, o da primeira década republicana, chamada por Renato Lessa, com extrema propriedade, de a década do caos.³ E o dos anos que decorrem do início do século XX, após a ascensão dos presidentes civis - com a contenção dos conflitos abertos e a montagem da política dos governadores -, até o encerramento da correspondência, já na década de 1910, quando irão falecer Nabuco (1910) e Rio Branco (1912). Nesse espaço de tempo e nesse espaço de sociabilidade, os correspondentes irão empreender deslocamentos variados. Da monarquia à república, atentando-se sempre sobre as características da monarquia e da república que está sendo considerada em suas críticas e adesões. Da amizade pessoal e profissional ao esfriamento e confronto de relações, o que geralmente não é muito explicitado, mas pode ser percebido e utilizado para uma melhor observação do conteúdo das cartas. Porém, em função de questões de espaço, o recorte aqui efetuado contemplará a correspondência Nabuco e a década de 1890.

Nessa década, as cartas entre os três correspondentes não são muitas. Apenas algumas foram escritas antes do episódio da Proclamação, evidenciando de um lado, a existência do conhecimento e da comunicação entre eles e de outro, um tipo de relacionamento ainda formal.

O vínculo existente entre Nabuco e Rio Branco, amigos de carreira diplomática e ideal abolicionista está estabelecido e bem lastreado nas filiações aristocráticas de

ambos, cujos pais (nas cartas sempre com P maiúsculo), o Visconde do Rio Branco e o senador Nabuco de Araújo, eram figuras reconhecidas do Segundo Reinado. Assim, é esse o momento em que, face à montante da campanha republicana, o compromisso de Nabuco com o regime monárquico vai se explicitando publicamente, causando, inclusive, seu afastamento de ambientes e amigos freqüentados, como é o caso da redação de *O Paiz* e do jornalista e propagandista Quintino Bocaiúva. Em 15 de janeiro de 1889, Nabuco escreve a Paranhos: *Eu deixei O Paiz depois que ele [Quintino] se declarou republicano (...). (...) Ora eu não podia o estar atacando no jornal que ele dirige.*⁴

Portanto, a partir daí o tema da crítica à república começa a dar entrada na correspondência entre os dois, sendo questão marcante durante toda a década de 1890. São muitas as cartas em que Nabuco vai registrando seu estado de espírito e sua avaliação sobre os rumos da política no Brasil, embora sejam poucas as cartas de Rio Branco. Um cuidado que se devia a razões de segurança, encaradas como necessárias diante de governos que eram verdadeiras “ditaduras sujas”. Nesse contexto é que se pode entender a afirmação de Nabuco, de que era mais fácil ser monarquista na República do que durante a própria Monarquia, da qual ele fora um duro crítico, quando em campanha pela Abolição. Ou seja, se esta forma de governo não era perfeita, aquela seria inevitavelmente muito pior, como os fatos apenas começavam a comprovar.

Duas eram as ameaças que Nabuco, e não só ele, acreditava pairar sobre uma experiência republicana na América do Sul, e que podem ser enunciadas como a do federalismo e a do militarismo. Em primeiro lugar, o federalismo que, combinado às eleições dos chefes dos governos estaduais, conduziria à “oligarquização” completa do país, aos personalismos desenfreados e, pior que tudo, à perda da unidade nacional, obra tão cara à Monarquia. É bom recordar, contudo, que Nabuco defendera a adoção do federalismo pela Monarquia constitucional e remarca isso no imediato da Proclamação, em tom de crítica aos políticos do Segundo Reinado.

Em segundo lugar, Nabuco aponta a ameaça do militarismo, situado como um autêntico dilema entre a ordem e a liberdade, e de difícil ou impossível solução no ambiente republicano. Isso porque a República trouxera consigo os militares e também a anarquia, razão pela qual cada vez mais se aumentava a repressão, não se tolerando “nenhum grau de liberdade de opinião”. A República, em sua avaliação, era muito mais infensa às energias progressistas da época, do que o fora a Monarquia constitucional. Tudo isso faz com que termine o ano de 1890, recusando uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte, o que o tornaria um fundador do Estado republicano. Seu pessimismo era enorme, mas, exatamente por essa razão e não paradoxalmente, ele via no dilema entre ordem x liberdade, uma via para o fortalecimento do movimento restaurador e escrevia a Rio Branco, no início do governo Deodoro: *Estes 4 anos de Deodoro tirarão as últimas ilusões aos republicanos e farão da república uma palavra nauseabunda. Nesse ponto o Deodoro (...) não só foi o melhor que podia acontecer para uma Restauração próxima e a termo (hoje seria prematura), foi também a única coisa que podia acontecer a uma República Sul Americana.*⁵

O ânimo de Nabuco e suas crenças restauradoras, por conseguinte, oscilam razoavelmente no início da década de 1890, mas é possível dizer, pelo exame da correspondência com Rio Branco, que é durante o ano de 1891 que elas mais crescem, já que, para ele, mesmo os céticos “trabalham sem o saber a nosso favor”. De toda forma, o que se depreende das cartas é um esforço de convencimento de Rio Branco, que não acompanharia tanto o seu otimismo restaurador: *Não sei porque você desanima. É preciso dar tempo ao tempo. Seria um mal a restauração antes do povo ter visto o desmoronamento do Ruyismo.*⁶ Assim, embora verificasse que a República “estava sem oposição”, não tinha as esperanças abaladas. Na lógica do quanto pior, melhor, Nabuco conclui: *Em suma pode acontecer de um instante para outro...o fim da república, sem ter sido a intenção de ninguém.*⁷

As previsões de Nabuco não se realizaram e, a partir de então, há uma interrupção na correspondência arquivada, retomada apenas em 1898,⁸ quando Rio Branco está na Suíça, cuidando da questão do Amapá, ou seja, das fronteiras do Brasil com a França. O Barão é, a essa altura, um dos nomes reconhecidos da diplomacia republicana. Nabuco, por sua vez, estava no Rio, reorientando sua crença restauradora, pois, desde 1893, passara a se dedicar à preparação da obra sobre a vida de seu pai. Sem abandonar completamente as articulações políticas com grupos monarquistas, ele priorizara a defesa do Segundo Reinado em outro campo de luta. O tema da monarquia e da república, por conseguinte, permanecia dominando seu trabalho, mas não mais com grandes esperanças na restauração. O ano de 1893 foi dramático, pela Revolta da Armada, pelo início da Revolução Federalista e pelo começo da guerra de Canudos, mas também foi um ponto de inflexão para a rearticulação dos republicanos civis que, num jogo delicado de sustentação e negociação com Floriano Peixoto, acabariam por fazer seu sucessor, em março de 1894. A partir daí, a República começava a ter um novo curso, bem como a avaliação de seu passado imediato e mais remoto.

Mas Nabuco ainda permaneceu publicamente engajado com um projeto de defesa da Monarquia. São indicadores do fato, os artigos que escreve no *Jornal do Comércio*, reunidos e publicados em livro, sob o título *Balmaceda*, bem como a famosa carta resposta ao amigo republicano, o Almirante Jaceguay,⁹ ambos de 1895. Nesse último caso, Nabuco fora instado, por uma carta aberta publicada em jornal, a reconsiderar suas opiniões monarquistas, entendidas como respeitáveis, mas ilusórias, não só ante o estado de decadência vivenciado pelo Segundo Reinado em seus últimos anos, como ante “o fato inelutável” da República, bem ou mal organizada. O que Jaceguay realiza no texto, além de uma avaliação bastante negativa dos últimos anos do Segundo Reinado e do próprio Imperador, é um chamamento esperançoso ao amigo, diante de uma “fase de governo civil, constitucional, honesto e patriótico”, que encerrava

um período turbulento e inaugurava uma nova experiência que, segundo ele, não seria efêmera e poderia dissipar as dúvidas dos brasileiros em relação à República.

A resposta de Nabuco, cerca de um mês depois, logo, pensada e medida para dialogar com o fraterno amigo e um amplo público leitor, é uma primeira reconstrução de sua trajetória monarquista desde 1890. Assim, pode ser entendido como um dos exercícios autobiográficos que esse intelectual empreende após o episódio da Proclamação. Na carta, Nabuco reafirma suas críticas à república norte-americana (“nunca o sentimento de desigualdade das cores foi tão forte como em uma República – os Estados Unidos”), sua visão “realista” da monarquia brasileira (nunca acreditou ser um governo perfeito), mas, mesmo admitindo que a “época do Terror” havia passado, continuava acreditando na impossibilidade da república no Brasil, ameaçada pelo poder autônomo dos estados da federação e aprisionada no dilema ordem x liberdade. Por tudo isso, mesmo entendendo que uma restauração monárquica não mais ocorreria, confessava seu “dever” de continuar sendo monarquista e negava seus préstimos ao novo regime. Assim, entre 1894 e 1898, Nabuco vai mergulhar na redação da biografia de seu pai - *Um estadista do Império* -, tarefa que desempenhou como uma missão pessoal, intelectual e política.

São muitos os estudos sobre essa obra que se torna um clássico da historiografia brasileira, demarcando uma leitura sobre o Segundo Reinado que se impôs, quer pelas concordâncias, quer pelas discordâncias, desde seu lançamento, muito festejado, em 1897. Da ótica deste artigo, contudo, é o ano de 1896 que assinala um evento e pronunciamento muito esclarecedor para o diálogo que Nabuco vinha travando com Rio Branco e Oliveira Lima, particularmente no que se refere à sua visão do campo das letras e da história, como um espaço de debate entre projetos republicanos e monarquistas. Trata-se do discurso que pronunciou no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 25 de outubro de 1896, quando toma posse como novo associado da casa. Uma peça oratória

que, assumindo-se a ótica de indicar um programa político-intelectual de Nabuco, poderia ser aproximada das indicações fornecidas em sua autobiografia – *Minha formação* –, que seria publicada em 1900, mas que reunia reflexões desenvolvidas entre 1893 e 1899, segundo ele mesmo.

No discurso, Nabuco deseja explicar os motivos que o fazem aceitar o convite como uma “obrigação moral”.¹⁰ O primeiro deles se devia ao fato de ver o IHGB como “o abrigo mais tranqüilo e seguro” a que se possa confiar o vultoso material da história pátria, o que ele conhecia bem de perto, pelo trato com a documentação de seu pai, que guardava tudo que lhe dizia respeito. Sugeriria, por exemplo, a criação de lugares de “conservadores da história”, que recolhessem os “espólios políticos e literários de valor para o país”, função que poderia ser desempenhada por homens como Capistrano de Abreu. O segundo e mais importante motivo era o fato de entender que a história do Brasil atravessava uma grave crise, cujo resultado podia ser sua “mutilação definitiva”. Os agentes dessa ação eram uma “escola religiosa” (evidentemente os positivistas), que pretendia reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. A questão de Nabuco, entretanto, não era a de negar o “direito” a nenhum dos três como representantes gloriosos de nossa história. Ele não discute, inclusive, o lugar atribuído a Benjamin Constant, incontestavelmente o Fundador da República.¹¹ Mas não concorda que Tiradentes “resuma em si o ingente esforço pela independência”, a ponto de não se valorizar “os heróis pernambucanos de 1817”, ou de que José Bonifácio fosse mais destacado que Pedro I, até porque aquele se ligava muito mais à independência do que ao passado imperial.

Ou seja, o discurso de Nabuco explicita, de forma contundente, a batalha simbólica que vinha sendo travada na década republicana de 1890, tendo em vista um necessário ajustamento da galeria de heróis e acontecimentos da história nacional, o que implicava a entrada de novos elementos e uma redistribuição de papéis entre os já

conhecidos. Algo que também ocorria nos postos da política que, mesmo abrigando nomes tradicionais - “aderentes” de última hora ou não -, também se abria a novos candidatos, cuja tradição começava a ser inventada com a República. Algo que certamente podia horrorizar a homens como Nabuco, por motivos diversos e expressos na imagem de uma “quadrilha de analfabetos” que se achegava ao poder. Entretanto, no caso da disputa travada no terreno da escrita da história, o que mais preocupava Nabuco não era propriamente a galeria de nomes postulada, mas o que se pretendia significar com tais escolhas, donde seu diagnóstico de uma “história mutilada”. Isso porque, para ele, o projeto positivista/jacobino, além de fazer datar nossa história da Independência, como se não existisse uma história portuguesa do país, pretendia criar entre a Independência e a República um deserto de quase setenta anos, “a que posso dar o nome de deserto do esquecimento”. Esse era o grande problema: o programa da “escola religiosa” objetivava realizar uma ruptura entre Monarquia e República, apagando o Primeiro e o Segundo Reinados, e ignorando todo o progresso material, intelectual e moral então alcançados.

Ora, no momento em que o passado nacional corria tão grave risco, a entrada no IHGB - “onde a história goza ainda do direito de asilo” -, era um compromisso essencial de luta pela pátria. A proposta de Nabuco, que aliás estava em fase adiantada de realização, era a de escrever a história do Brasil para, não só afirmar o lugar do Segundo Reinado e de Pedro II, que via como um apogeu moral, como igualmente de postular uma concepção de história marcada basicamente pela continuidade e não por cortes revolucionários e desertos de esquecimento. Esse último aspecto, porém, é apenas sugerido no discurso do IHGB, estando mais claro em *Minha formação*, como Rezende de Carvalho¹² adverte, ao destacar que o livro é menos uma autobiografia do que uma peça de persuasão política, na qual o autor afirma um liberalismo conservador e anti-revolucionário, mas reformista. Porém, vale observar que, através de sua precoce

autobiografia, Nabuco estava se agregando à galeria de personagens que compunha essa “nova” história do Brasil, porque ela se abria, com a República, a nomes cuja atuação tinha data recente, como eram os casos evidentes de Benjamin Constant e Floriano Peixoto, entre outros.

Em *Minha formação* e também em *Um estadista do império* são as idéias de um espírito de reforma e de uma índole conservadora e pacífica que dominam a história do Brasil que está sendo narrada. Por isso, o futuro tinha que estar ligado ao passado das tradições do país, não havendo lugar para cortes e rupturas. Tratava-se, claramente, de uma proposta que buscava fundar a autoridade política na tradição e na lei, e não na força ou no carisma, como nos lembra a tipologia weberiana. Uma proposta que, vista com atenção, podia extrapolar em muito uma luta por um lugar de honra para o Segundo Reinado, para seu Parlamento ou para o conselheiro Nabuco de Araújo. Ela abria espaço para uma valorização do passado português, para as lutas da Independência, para as conquistas do período imperial e também para o próprio experimento republicano, sendo que o fundamental não era tanto uma disputa sobre regimes políticos - monarquia ou república -, mas o reconhecimento de um esforço contínuo e ininterrupto de construção da nacionalidade brasileira. Um esforço que, como se postulava, assentava na tradição e na lei, as bases da legitimidade do poder.

O reconhecimento da Monarquia (como dinastia, memória e história) não precisava se tornar um óbice à verificação de que a República era o regime que passara a representar os interesses do país. Se isso era possível (e conveniente), intelectual e politicamente, para Nabuco, também o era para o IHGB, mergulhado em dificuldades organizacionais desde a queda da Monarquia, devido a seus vínculos com o Imperador e com a proposta de restauração. Mas, essa era uma narrativa da história do Brasil que igualmente podia interessar aos novos governos republicanos civis, que desejavam se afastar da década do caos (ou seja, da força e do carisma), para construir um pacto

político que buscava, no dizer de Renato Lessa e em outra chave, reinventar a tradição imperial do Poder Moderador. Tanto é que, conta-se, Campos Sales, presidente eleito em 1898 e arquiteto da política dos governadores, leu *Um estadista do Império* e se convenceu de que Nabuco era o homem capaz de defender o Brasil na difícil questão de fronteiras com a Guiana Inglesa. Convidou-o e ele, afirmando-se monarquista, aceitou em nome da pátria.

* Ângela de Castro Gomes é Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ, Pesquisadora do CPDOC/FGV e Professora Titular de História do Brasil da UFF. É uma das organizadoras de *A República no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.

¹ A correspondência examinada está assim distribuída. São 106 cartas do Barão do Rio Branco, sendo 74 para Nabuco e 32 para Oliveira Lima. São 194 cartas de Joaquim Nabuco, sendo cerca de 150 para Rio Branco e 44 para Oliveira Lima. São 31 cartas de Oliveira Lima escritas para Rio Branco. Todas elas foram localizadas nos seguintes acervos documentais: Arquivo do Palácio do Itamaraty (PI), no Rio de Janeiro; Arquivo Joaquim Nabuco (AJN), na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro; e Oliveira Lima Library (OLL), Catholic University of América, em Washington.

² O conceito de história imediata está sendo entendido como proposto em Chaveau et Tétart, *Questions à l'histoire des temps présents*. Paris, Ed. Complexe, 1992. Trata-se de uma primeira organização e reflexão sobre os eventos contemporâneos do analista, que pode ser um historiador, um jornalista, um político, um literato etc. A história imediata, distinta da história do tempo presente, é um primeiro registro e um tipo de documento a ser analisado, posteriormente, pelo historiador de ofício, ganhando particular interesse quando produzido por alguém que reivindica a condição de historiador ou pensador político e social, como no caso examinado. A correspondência e os artigos de idéias publicados na imprensa podem ser, a meu juízo, fontes riquíssimas, mas pouco exploradas, do que se chama história imediata, embora eu reconheça que tal designação está longe de eliminar dificuldades no trato do “presente”, inserindo-se num debate complexo e atual.

³ Renato Lessa, *A invenção republicana*, São Paulo, Vértice, 1988.

⁴ PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

⁵ Carta s/d, enviada 16 Cheyne Gardens, Londres, o que permite situá-la no primeiro semestre de 1891. Deodoro foi eleito em 25/02/1891. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

⁶ Carta incompleta, s/d, 16 Cheyne Gardens, primeiro semestre de 1891. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

⁷ Carta de 18/10/1891, Rio, PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

⁸ Em carta de 25/10/1898, do Rio, Nabuco parabeniza Rio Branco por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras e reclama por ter sido posto de lado na sua correspondência. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

⁹ A carta de Jaceguay chama-se “O dever do momento” e é de 2 de setembro de 1895. A resposta de Nabuco, “O dever dos monarquistas”, data de 10 de outubro de 1895. Os textos foram consultados em José Almino de Alencar e Ana Pessoa (orgs.), *Joaquim Nabuco: O dever da política*, Rio de Janeiro, Ed. Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 59-90.

¹⁰ *Revista Trimestral do Instituto Histórico*, IHGB, tomo 59, v. 94, 1896, p. 308-315. Todas as citações seguintes são dessa fonte.

¹¹ Com certeza Nabuco tinha em mente a biografia que O Centro Positivista Teixeira Mendes publicara sobre Benjamin Constant e que ele criticara como um exemplo do “espírito de seita” na criação deliberada e sistemática de “legendas”.

¹² Maria Alice Rezende de Carvalho, “Joaquim Nabuco: Minha Formação”, em Lourenço Dantas Mota (org.), *Um banquete ns trópico*, São Paulo, Senac, 2001, vol. 2, p. 219-236.